

Publicado no DOU nº 247
de 20 / 12 / 13
Seção 03 Fls 166

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV E A CONVENIENTE, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO NA RENDA MENSAL DO RESPECTIVO BENEFÍCIO NA FORMA DA LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991 e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992 e pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, 8º andar, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, neste ato representado por seu Diretor de Benefícios, BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, CPF/MF nº 012.420.648-42, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília - DF, doravante denominada **DATAPREV**, neste ato representada por seu Presidente RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPÇÃO, CPF/MF nº 105.508.858-03, e por seu Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, CPF/MF nº 865.512.487-72 e o **BANCO VOTORANTIM S/A**, CNPJ nº 59.588.111/0001-03, com sede à Avenida das Nações Unidas, 14171 – Torre A, 18º andar – Vila Gertrudes - São Paulo – SP - CEP 04.794-000, doravante designada **CONVENIENTE**, neste ato representada por seus Diretores ELCIO JORGE DOS SANTOS, CPF/MF nº 035.957.778-40 e MARCOS LIMA MONTEIRO, CPF/MF nº 105.109.428-30, celebram o presente Convênio em conformidade com as disposições contidas no artigo 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 alterado pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 agosto de 2004, conforme cláusulas e condições abaixo ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignação de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal ou operação com cartão de crédito com a **CONVENIENTE**, participe deste acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO

A **CONVENIENTE**, desde que observadas às normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de

TERMO DE CONVÊNIO DO BANCO VOTORANTIM S/A



Diogo L. Rocha T. Santos
Coordenador Jurídico de Direito
Fiscalidade, Tributário e Disciplinar
CNPJ nº 29.979.036

Todo Identificação
Instituições de Crédito e
Financiamento
JURÍDICO DATAPREV
CNPJ nº 42.422.253

concessão de crédito, poderá conceder empréstimos e/ou cartão de crédito aos titulares de benefícios, com pagamento mediante consignação na renda mensal dos respectivos benefícios previdenciários.

Parágrafo Único. Para a realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, os titulares de benefícios deverão dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada ao amparo deste Convênio, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – do INSS:

- a) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **CONVENENTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta “reservas bancária” definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB-Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- b) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **CONVENENTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- c) cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **CONVENENTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN, conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- d) reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **CONVENENTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.

II – da DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **CONVENENTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste Convênio;
- b) enviar à **CONVENENTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **CONVENENTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **CONVENENTE** por arquivo magnético – “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado – as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações do contra-recibo para a **CONVENENTE** efetuar o respectivo ressarcimento do custo operacional de desenvolvimento, alterações de sistemas, manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste Convênio;
- f) utilizar de forma específica o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **CONVENENTE** e a DATAPREV.

III - da CONVENIENTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste Convênio aos titulares de benefício que autorizaram as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **CONVENIENTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) as operações de consignação realizadas por cartão de crédito deverão ser enviadas à DATAPREV de forma consolidada em um único valor por mês, a partir do dia 25 de cada mês até o 2º dia útil do mês seguinte;
- d) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou operação com cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **CONVENIENTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais- Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- e) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea "b", inciso I, da Cláusula Terceira;
- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização de consignação disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Convênio quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou legislação em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o INSS para troca de informações referentes à operacionalização deste Convênio e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste Convênio, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- k) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da CONVENIENTE ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que, se necessário, sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- l) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- m) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste Convênio valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- n) encaminhar mensalmente aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;



- o) a **CONVENENTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- p) a **CONVENENTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- q) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES

A **CONVENENTE** responsabilizar-se-á integralmente perante os beneficiários e o INSS pela autenticidade das informações relacionadas no arquivo enviado à DATAPREV, na forma prevista na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira, sob pena de descredenciamento se apurado quantitativo considerável de irregularidades.

Parágrafo Primeiro. A autorização para a efetivação da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

Parágrafo Segundo. Até o integral pagamento do empréstimo ou da operação com cartão de crédito, a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC somente poderá ser cancelada mediante prévia autorização da **CONVENENTE** ou caso esta não atenda o contido na alínea “e”, do inciso III, da Cláusula Terceira.

Parágrafo Terceiro. Havendo a utilização do meio eletrônico para receber a autorização expressa do titular do benefício, esta somente poderá ocorrer quando for obtida a partir de comandos gerados pela aposição de senha ou assinatura digital do titular do benefício em sistemas eletrônicos de forma que possa atender ao disposto na alínea “f”, inciso III da Cláusula Terceira.

Parágrafo Quarto. A autorização do titular do benefício para a consignação do empréstimo ou para a constituição de reserva de margem consignável-RMC não poderá ser feita por telefone, não sendo permitido como meio de comprovação de autorização expressa do titular do benefício a gravação de voz.

Parágrafo Quinto. A **CONVENENTE** deverá cientificar previamente o titular do benefício das informações abaixo elencadas:

- I) valor total com e sem juros;
- II) taxa efetiva mensal e anual de juros;
- III) todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;
- IV) valor, número e periodicidade das prestações;
- V) soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito; e
- VI) data do início e fim do desconto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

I – do INSS:

Em qualquer hipótese, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas na Cláusula Primeira, restringir-se-á à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e de operação com cartão de crédito, autorizados pelos titulares de benefícios e repasse à **CONVENENTE**, no prazo estabelecido na alínea “a” do inciso I, da Cláusula Terceira, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas, bem como de descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas neste Convênio.



Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS pela **CONVENENTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.

II – da DATAPREV:

Em caso de não ser efetuado o processamento integral das consignações devidas nos benefícios previdenciários, em decorrência de falha operacional da DATAPREV, esta deverá comunicar a ocorrência à **CONVENENTE**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data prevista para o início da validade dos créditos da competência, para que esta possa tomar as providências necessárias quanto a cobrança das prestações, na forma constante do contrato celebrado entre a **CONVENENTE** e o titular do benefício.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo o não processamento integral na forma prevista neste inciso será imputado à DATAPREV o mesmo valor apurado do custo que envolve o processamento das parcelas de consignação, por cada parcela consignável não processada.

Parágrafo Segundo. Os custos, a que se refere o parágrafo anterior desta Cláusula, deverão ser repassados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, mediante crédito em conta corrente a ser fornecida pela **CONVENENTE**.

III – da CONVENENTE:

A **CONVENENTE** se responsabilizará pela informação dos valores a serem consignados, que deverão corresponder ao efetivamente ajustado no contrato celebrado entre a **CONVENENTE** e o titular do benefício e pela informação dos benefícios que sofrerão o respectivo desconto.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário, a **CONVENENTE** será responsável pela restituição dos valores corrigidos nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS.

Parágrafo Segundo. Quanto às operações de consignação realizadas, será de total responsabilidade da **CONVENENTE**, prestar as informações aos titulares dos benefícios, bem como realizar os acertos que se fizerem necessários.

Parágrafo Terceiro. A **CONVENENTE** adequará seus procedimentos de operacionalização, tais como formulários de autorização de descontos, material publicitário, entre outros, aos termos das normas expedidas pelo INSS e da legislação em vigor sobre a matéria, independente de aditamento do presente termo, respeitado as operações já realizadas e o objeto deste Convênio

CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

O Plano de Trabalho que integra este Convênio, para todos os fins de direito, conterá os procedimentos operacionais necessários para execução do objeto.

Parágrafo Primeiro. A autorização do titular do benefício para que ocorra a consignação dos valores de empréstimos e/ou a constituição de reserva de margem consignável-RMC no benefício previdenciário, deverá conter a assinatura do titular no formulário previsto como anexo da Instrução Normativa editada pelo INSS ou, desde que contenha todos os dados do anexo, no contrato de empréstimo que contenha cláusula autorizativa para consignação e, em casos de autorização eletrônica, esta deverá seguir o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo. A troca de informações entre a DATAPREV e a **CONVENENTE** está especificada no "layout" do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado.

TERMO DE CONVÊNIO DO BANCO VOTORANTIM S/A

Coordenador Geral de Orçamento,
Finanças e Contabilidade
DATAPREV
04/00/2008-23.04

Jose Leonardo Dias Junior
Coordenador Geral de Orçamento,
Finanças e Contabilidade
DATAPREV
04/00/2008-23.04

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTERAÇÕES DE SISTEMAS, MANUTENÇÃO DE BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO.

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **CONVENENTE**.

Parágrafo Primeiro. Os valores do ressarcimento deverão corresponder exclusivamente aos custos de todo desenvolvimento, manutenção e alteração das rotinas, procedimentos e sistemas que envolvem o crédito consignado no INSS.

Parágrafo Segundo. O INSS, neste ato, expressamente, concede a autorização para que o ressarcimento de todos os custos envolvendo o crédito consignado seja feito pela **CONVENENTE**, diretamente em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV, até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações.

Parágrafo Terceiro. Caso a **CONVENENTE** não efetive o ressarcimento dos custos mencionados nesta cláusula devidos à DATAPREV no prazo estabelecido no parágrafo anterior, sobre estes incidirá atualização monetária entre o dia do vencimento e o do efetivo pagamento, tendo como base o índice correspondente à variação do IGP-M ocorrido entre a data de vencimentos e a data do efetivo pagamento, *pro rata die*.

Parágrafo Quarto. Os valores dos custos a serem ressarcidos poderão ser revistos em prazos e formas conforme especificações técnicas apresentadas formalmente e publicamente pela Dataprev as instituições financeiras conveniadas.

Parágrafo Quinto. Também deverão ser ressarcidos a DATAPREV os custos envolvendo reprocessamento de arquivos, procedimentos de migração de contratos ou carteiras, ou qualquer outra rotina excepcional criada para atendimento específico a **CONVENENTE** em razão de problemas ocorridos nesta última ou necessidades legais ou normativas.

Parágrafo Sexto. Os custos excepcionais de que tratam o parágrafo anterior, terão seus valores apresentados em planilha específica e comunicada formalmente a **CONVENENTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação.

CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO, SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, mediante aviso prévio e escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato firmado por força deste Convênio, as obrigações e responsabilidades do **INSS**, da **CONVENENTE** e da **DATAPREV**, ou seus sucessores, conforme aqui ajustados, relativamente aos empréstimos e operações com cartão de crédito, já concedidos.

Parágrafo Primeiro. A execução do objeto deste Convênio poderá ser suspensa, pelos prazos fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, para envio de arquivo contendo novas contratações de empréstimos ou operações com cartão de crédito, por determinação do INSS, em caso de constatação de registro de irregularidades quanto às operações realizadas pela **CONVENENTE**, descumprimento de cláusulas convencionadas e de normas editadas e/ou por não atendimento das solicitações de informações enviadas.

Parágrafo Segundo. O Convênio com suspensão parcial pelos motivos discriminados no parágrafo antecedente, poderá ter a penalidade cancelada caso o INSS constate que os motivos determinantes foram sanados, ou rescindido caso a **CONVENENTE** apresente reiteradamente registros de

irregularidades, não observando o contido nas cláusulas conveniadas ou normas expedidas por este Instituto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Convênio será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma previstos no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio. E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

Pelo INSS:

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPTÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Pela CONVENIENTE:

ELCIO JORGE DOS SANTOS

MARCOS LIMA MONTEIRO

Publicado no DOU nº 247
de 20 / 12 / 13
Seção 03 Fls 166

INSTITUTO NACIONAL DO
SEGURO SOCIAL - INSS

11 DEZ. 2013

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS
DCONB

Testemunhas:

INSS _____
CPF/RG Nº _____

DATAPREV _____
CPF/RG Nº _____

CONVENIENTE _____
CPF/RG Nº _____



PLANO DE TRABALHO

PROCESSO nº: 35000.000848/2013-46

INTERESSADO: BANCO VOTORANTIM S/A

CNPJ nº 59.588.111/0001-03

ENDEREÇO: Avenida das Nações Unidas, 14171 – Torre A, 18º andar – Vila Gertrudes - São Paulo – SP - CEP 04.794-000

Telefone: (011) 3268-4882/3268-4086/3268-3016/3268-2046

E-mail: atendimento.inss@bvfinanceira.com.br

ASSUNTO: Convênio para consignação de empréstimos e/ou operação com cartão de crédito nas rendas mensais dos benefícios previdenciários, conforme Lei nº 10.820/2003 com redação dada pela Lei nº 10.953/2004 e Decretos: nº 4.862/2003 e 5.180/2004.

1 - OBJETO:

Operacionalização da consignação de descontos na renda mensal dos benefícios para pagamento de empréstimos ou operações com cartão de crédito, contraídos pelo titular do benefício, conforme previsto no artigo 6º, da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004 e pelos Decretos nº 4.862, de 21 de outubro de 2003 e 5.180 de 13 de agosto de 2004.

2 - DAS METAS:

a) consignar na renda mensal dos benefícios previdenciários o valor para pagamento de operações de empréstimos e/ou cartão de crédito, contraídos pelos titulares de benefícios previdenciários junto às **CONVENENTES**;

b) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários para as **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS** credoras dos titulares de benefícios previdenciários;

c) possibilitar taxas de juros aos titulares de benefícios previdenciários menores que as praticadas no mercado;

3 - ETAPAS DE EXECUÇÃO:

3.1 Início do processamento das consignações.	Após a publicação do Convênio.
3.2 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela CONVENENTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações efetivadas por meio de cartão de crédito.	A partir do dia 25 de cada mês até o segundo dia útil do mês seguinte, para processamento do benefício do mês corrente.
3.3 Data do envio do arquivo magnético à DATAPREV pela CONVENENTE, contendo as inclusões e exclusões das consignações.	Até o segundo dia útil de cada mês, para processamento do benefício do mês corrente.
3.4 Data de envio de arquivo magnético, pela DATAPREV, contendo o retorno do processamento do arquivo mencionado nos itens 3.2 e 3.3.	Até 4 (quatro) dias do recebimento do arquivo da CONVENENTE.
3.5 Envio do arquivo pela DATAPREV informando à CONVENENTE o resultado do processamento mensal das consignações, operações com cartão de crédito e glosas.	Cinco dias úteis antes do início da validade do primeiro pagamento de benefício.



3.6 Repasse dos valores referentes às consignações efetuadas, em parcela única, pelo INSS às CONVENIENTES.	Quinto dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício.
3.7 Repasse à DATAPREV, pelas CONVENIENTES, dos valores referentes ao ressarcimento dos custos envolvendo o crédito consignado.	Até o quinto dia útil do mês subsequente ao processamento das consignações o valor será creditado em conta corrente a ser indicada pela DATAPREV. O ressarcimento será efetuado por meio de contra-recibo emitido pela DATAPREV, discriminando o seguinte texto: "este valor total refere-se ao ressarcimento dos custos operacionais de desenvolvimento, alterações de sistemas e manutenção de base de dados e informações gerenciais sobre crédito consignado nos benefícios previdenciários conforme autorização do INSS prevista na cláusula Sétima deste convênio celebrado entre a CONVENIENTE e o INSS em razão de empréstimos e/ou operações com cartão de crédito, previsto no inciso V do parágrafo 1º do art. 6º da Lei 10.820/03, Decreto 4862/03. "
3.8 Liberação do valor do empréstimo pela CONVENIENTE ao titular do benefício.	48hs (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da DATAPREV com a confirmação do registro da consignação solicitada.

4 - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

I - DO INSS:

- repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor da **CONVENIENTE**, por meio de depósito em conta – corrente indicada ou transferência para a conta "reservas bancária" definida, via STR – Sistema de Transferência de Reservas, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito;
- emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC (escrita ou eletrônica) ou qualquer reclamação quanto às operações realizadas, correspondência oficial à **CONVENIENTE** solicitando o envio das informações pertinentes e a comprovação da autorização ao INSS;
- cancelar a consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC no Sistema de Benefícios, caso inexistir a autorização ou a **CONVENIENTE** não atenda à solicitação nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS. Os procedimentos de cancelamento serão adotados pela DIRBEN ou conforme competência determinada em ato interno do INSS;
- reativar no Sistema de Benefícios as consignações ou constituição de reserva de margem consignável-RMC canceladas, na forma das alíneas anteriores, quando da apresentação pela **CONVENIENTE** de documentos que comprovem a existência efetiva da autorização pelo titular do benefício. A reativação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do recebimento dos referidos documentos, na Diretoria de Benefícios – DIRBEN.



II – DA DATAPREV:

- a) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com o arquivo magnético enviado pela **CONVENENTE**, conforme previsto na alínea “b”, do inciso III, da Cláusula Terceira deste Convênio;
- b) enviar à **CONVENENTE** arquivo contendo o resultado do processamento dos arquivos mencionados na alínea “a” deste inciso, até quatro dias úteis após seu recebimento;
- c) processar as glosas devidas, conforme previsto na Instrução Normativa editada pelo INSS, na competência seguinte à sua verificação, informando à **CONVENENTE**, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores;
- d) informar mensalmente à **CONVENENTE** por arquivo magnético conforme “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado - as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do primeiro pagamento de benefício em cada competência;
- e) gerar as informações referentes ao valor do custo operacional por parcela consignada, para cumprimento do estabelecido na Cláusula Sétima deste Convênio;
- f) utilizar especificamente o Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social - Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **CONVENENTE** e a DATAPREV.

III – DA CONVENENTE:

- a) divulgar as regras acordadas neste Convênio aos titulares de benefício que autorizaram os descontos diretamente em seus benefícios obedecendo, nos materiais publicitários que fizer veicular, as normas do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em especial aquelas previstas nos artigos 37 e 52;
- b) para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente a **CONVENENTE** deverá enviar até o segundo dia útil de cada mês para a DATAPREV, arquivo magnético contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal ou operações com cartão de crédito (Reserva de Margem Consignável – RMC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal de aposentadoria e/ou pensão, observado o “layout” do Protocolo de Relacionamento em Meio Magnético entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado;
- c) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou do cartão de crédito, firmado entre o titular do benefício e a **CONVENENTE**, até o segundo dia útil subsequente à ocorrência (rescisão do contrato), sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação da “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse;
- d) encaminhar ao INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa editada pelo INSS, a comprovação da autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC de acordo com a alínea “b”, inciso I, da Cláusula Terceira;
- e) restituir os valores, corrigidos, nos casos de ocorrência de irregularidades quanto às informações do titular do benefício ou de valores consignados indevidamente no benefício previdenciário no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da notificação expedida pelo INSS ou da manifestação direta do próprio titular do benefício;

- f) conservar, pelo prazo de cinco anos, a contar da data do término do empréstimo ou da validade do cartão de crédito, a autorização firmada por escrito pelo titular do benefício, seja utilizando a autorização da consignação ou constituição de reserva de margem consignável-RMC disposta como anexo das instruções normativas expedidas pelo INSS e legislação em vigor sobre a matéria, seja o contrato firmado de empréstimos ou operação com cartão de crédito, que contenha cláusula expressa de autorização permitindo o desconto direto na renda mensal do benefício previdenciário. Em se tratando de autorização por meio eletrônico, os meios que comprovem a anuência do titular do benefício deverão ser conservados pelo mesmo período;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- h) prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Convênio quando solicitados pelo INSS, nos prazos e formas fixados em Instrução Normativa ou da legislação pertinente em vigor;
- i) criar caixa postal eletrônica (e-mail) institucional com o fim específico de estabelecer comunicação direta com o **INSS** para troca de informações referentes à operacionalização deste Convênio e, em especial, atender à alínea anterior;
- j) manter, durante a execução deste Convênio, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- l) informar ao INSS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura da **CONVENENTE** ou em suas Agências, seja por força de incorporação, fusão ou encerramento de atividades, para que sejam adotados os procedimentos necessários quanto à transferência dos contratos e os respectivos repasses dos valores;
- m) providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela **DATAPREV**;
- n) obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste Convênio valendo-se dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a instrução normativa vigente;
- o) encaminhar, mensalmente, aos titulares de benefícios que utilizarem o cartão de crédito, extrato com descrição detalhada das operações realizadas, contendo valor, local onde estas foram efetivadas, bem como informar o telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- p) a **CONVENENTE** deverá liberar o valor contratado no prazo limite de 48h (quarenta e oito horas) após o recebimento do arquivo de retorno da **DATAPREV** com a confirmação do registro da consignação solicitada;
- q) a **CONVENENTE** obriga-se a informar ao titular do benefício, no prazo descrito na alínea anterior, o local e data em que o valor do empréstimo será liberado, principalmente quando este for feito por meio de ordem de pagamento;
- r) fica vedada a contratação de empréstimos ou cartão de crédito por telefone, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.559/88, com redação dada pela Resolução 3.258/05.

Parágrafo Único. Havendo rejeição de valores, por motivo de alteração de dados cadastrais ou de dados bancários não informados em tempo hábil à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade pela **CONVENENTE**, o repasse de valores referente às consignações efetuadas somente ocorrerá na competência seguinte.



TERMO DE CONVÊNIO DO BANCO VOTORANTIM S/A

Orlando L. Rocha F. Santos
Coordenador Jurídico de Direito
Financeiro, Tributário e Disciplinar
CANDID 23.642

Jose Francisco de Jesus Junior
Coordenador Geral de Contabilidade
JURÍDICO - DATAPREV
CANDID 11.634

5 - DAS CONSIGNAÇÕES DOS DESCONTOS:

As consignações dos descontos para pagamento dos empréstimos e de operações com cartão de crédito não poderão exceder, no momento da contratação, a 30 (trinta) por cento do valor da renda mensal do benefício e a reserva de margem consignável-RMC não poderá exceder a 10 (dez) por cento dentro dos 30 (trinta) pontos percentuais acima e obedecendo ao previsto na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, bem como nas Instruções Normativas que regulamentem o assunto.

6 - DOS CUSTOS:

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento, administração, gestão de dados, averbação e lançamento da parcela de crédito consignado, de desenvolvimento e alteração de sistemas, manutenção de bases e informações gerenciais serão cobrados segundo valores e itens faturáveis, agregados ou não, informados em ato próprio da DATAPREV e divulgado a **CONVENIENTE**.

7 - DO INÍCIO DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A execução do objeto do Convênio terá início após o cumprimento estabelecido no item 3.1 do cronograma deste Plano de Trabalho, ficando, a vigência e a prorrogação, vinculadas aos prazos estabelecidos no Termo de Convênio.

Brasília, 11 de dezembro de 2013

Pelo INSS:

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA

Pela DATAPREV:

RODRIGO ORTIZ D'ÁVILA ASSUMPÇÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

CONVENIENTE:

ELCIO JORGE DOS SANTOS

MARCOS LIMA MONTEIRO

INSTITUTO NACIONAL DO
SEGURO SOCIAL - INSS

11 DEZ. 2013

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS
DCONB

Publicado no DOU nº 247
de 20/12/13
Seção 03 Fls 166

Testemunhas:

INSS

CPF / RG nº

DATAPREV

CPF/RG nº

CONVENIENTE

CPF/RG nº



TERMO DE CONVÊNIO DO BANCO VOTORANTIM S/A

Odálio L. Rocha F. Santos
Coordenador Jurídico de Direito
Financeiro, Tributário e Despesas
CABIDE 22.642

Jose Teodoro Dias Junior
Coordenador Geral de Contratos
Jurídica - DATAPREV
CABIDE 11.934

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS OU CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL-RMC NOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.953, DE 27 DE SETEMBRO DE 2004.

EU, _____,
Brasileiro(a), residente à _____,
data de nascimento _____, portador do benefício nº _____,
pelo presente autorizo que se promova a

_____ (consignação do empréstimo ou constituição da margem consignável)
no meu benefício previdenciário em favor da instituição financeira consignatária

conforme previsão legal contida no artigo 6º da Lei nº 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99, com as seguintes características:

Valor total do empréstimo _____

Valor mensal a ser descontado no benefício previdenciário _____

Número de prestações _____

Taxa efetiva mensal e anual de juros _____

Soma total a pagar _____

Outras informações, caso hajam: _____

_____ Acréscimos remuneratórios

_____ Acréscimos Moratórios

_____ Acréscimos Tributários

LOCAL E DATA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA AQUICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 00350.004992/2012-16. ESPÉCIE: CONTRATO DE CESSÃO USO Nº 01/2013, do imóvel situado no Reservatório da UHE de da Serra da Mesa, no Município de Niquelândia, no Estado de Goiás, que entre si celebram, como OUTORGANTE CEDENTE a União, por intermédio do MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, neste ato representado pela Secretária de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura, a Srª MARIA FERNANDA NINCE FERREIRA, CPF/MF nº 296.680.181-68 e, do outro lado o OUTORGADO CESSIONÁRIO o Srº RAZEM ELIAS ADRÃO, CPF nº 096.437.371-87. Que terá a vigência de 20 anos, a contar da data da assinatura. VIGÊNCIA: 18.12.2013 a 17.12.2033. Processo de Licitação Oneroso de Área Aquícola nº 2107. VALOR: R\$ 16.540,00 (dezesesseis mil e quinhentos e quarenta reais). DATA DA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2013. A: 18/12/2013

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE PESCA E AQUICULTURA EM RORAIMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2013 - UASG 580032

Nº Processo: 00370001496201353. TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013. Contratante: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - CNPJ Contratado: 03841658000114. Contratado: CONSTRUTORA H. F. LTDA - EPP - Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia para reforma e ampliação da Sede da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura em Roraima - SF-PA/RR. Fundamento Legal: Artigo 23, Inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Vigência: 10/12/2013 a 10/08/2014. Valor Total: R\$502.603,62. Data de Assinatura: 10/12/2013.

(SIDEC - 19/12/2013) 580032-00001-2013NE800014

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referência: Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Previdência Social - MPS e o Ministério da Justiça - MJ, com a participação do Departamento de Polícia Federal - DPf e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Objeto: Apoio técnico e operacional, visando ao planejamento, ao desenvolvimento e à execução de ações conjuntas para coibir a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social. Valores: O MPS descentralizará ao DPf os valores orçamentários e financeiros de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para aquisição de materiais de consumo, duráveis ou não-duráveis, pela DPREV, DELEPREV e GRPREV. As despesas correrão à conta dos recursos consignados ao Ministério da Previdência Social, no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2013, sob a classificação 33390.30. Data de assinatura e vigência: 19 de dezembro de 2013, com vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de publicação de seu extrato no DOU. Signatários: Garibaldi Alves Filho - Ministro de Estado da Previdência Social - José Eduardo Cardozo - Ministro de Estado da Justiça - Leandro Dalcio Coimbra - Diretor-Geral da DPf e Lindolfo Neto de Oliveira Sales, Presidente do INSS.

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2013

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU em 09/12/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa prestadora de serviços capacitada a operacionalizar os procedimentos e rotinas de Ouvidoria, executando serviços de: Auxílio no atendimento ao cidadão para direcionamento e informações padrões; Triagem, cadastro/registo e envio/recepção de correspondências destinadas à ouvidoria; Consulta e verificação de dados/informações de ouvidoria; Pesquisa e avaliação de dados/informações de ouvidoria; Encaminhamentos de informações prontas de ouvidoria; Supervisão de atividades de ouvidoria; elaborar, gerenciar e aperfeiçoar técnicas e procedimentos de ouvidoria; Acompanhamento operacional de atividades de ouvidoria; Atividades de processamento e avaliação de informações de ouvidoria; a serem prestadas na Ouvidoria-Geral da Previdência Social, em Brasília, para o Ministério da Previdência Social, para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para a Superintendência Nacional de Pre-

vidência Complementar PREVIC e para a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social DATAPREV, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

FELTRIANA PINTO DA SILVA
Pregueira

(SIDEC - 19/12/2013) 330005-00001-2013NE800017

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DIRETORIA DE FINANÇAS E SERVIÇOS LOGÍSTICOS DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS DIVISÃO DE COMPRAS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 44101.000239/2013-40. Inexigibilidade nº 306/2013. Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Objeto: Contratação de serviço de acesso a sistema de busca jurídica digital que permita acesso a jurisprudências, doutrinas, revistas especializadas e legislação comentada, nas áreas de direito constitucional, civil, trabalhista, penal e tributário e processual, para a área jurídica da Dataprev. Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I da Lei 8666/93. Ratificação: Alvaro Luis Pereira Botelho - Diretor de Finanças e Serviços Logísticos. Valor R\$ 102.832,40 (cento e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.000848/2013-46. ESPÉCIE: Convênio PARTES: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO VOTORANTIM S/A. OBJETO: Operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, com redação dada pela Lei 10.953, de 27 de setembro de 2004, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 alterado pelo Decreto nº 4.862, de 21 de outubro de 2003, Decreto nº 5.180 de 13 agosto de 2004, visando a realização de consignações de descontos nos benefícios previdenciários, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal em operação com cartão de crédito. DATA DA ASSINATURA: 11/12/2013. SIGNATÁRIOS: pelo INSS: BENEDITO ADALBERTO BRUNCA, Diretor de Benefícios; pela DATAPREV: RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPTÃO e ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS, Presidente e Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações; pela Instituição Financeira: ELCTO JORGE DOS SANTOS e MARCOS LIMA MONTEIRO, Diretores. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar da publicação.

EXTRATO DE RESCISÃO

INSTRUMENTO: Processo nº 35000.001190/2008-22. ESPÉCIE: Rescisão de convênio firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e o BANCO VOTORANTIM S/A. OBJETO: Fica rescindido o convênio datado da 12/12/2008, publicado no DOU nº 248, de 22/12/2008, firmado para operar consignações decorrentes de empréstimos aos titulares de benefícios previdenciários, devido à celebração de novo Termo de Convênio por meio do Processo nº 35000.000848/2013-46.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE EM RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2013 - UASG 510677

Número do Contrato: 35/2011. Nº Processo: 35662000405201108. PREGÃO SISPP Nº 4/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 12004773000125. Contratado: SENTHURY SERVICOS LTDA - EPP - Objeto: Prorrogação por doze meses, do prazo de vigência do contrato 35/2011, serviço de recepcionista. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002/Decreto 5.450/2005. Vigência: 19/12/2013 a 19/12/2014. Valor Total: R\$ 3.457,44. Data de Assinatura: 11/12/2013.

(SIDEC - 19/12/2013) 512006-57202-2013NE800038

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2013 - UASG 510677

Número do Contrato: 36/2011. Nº Processo: 35662000405201108. PREGÃO SISPP Nº 4/2011. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 12004773000125. Contratado: SENTHURY SERVICOS LTDA - EPP - Objeto: Prorrogação por doze meses, do prazo de vigência do contrato 36/2011, serviço de operador de PABX. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002/Decreto 5.450/2005. Vigência: 19/12/2013 a 19/12/2014. Valor Total: R\$ 3.267,06. Data de Assinatura: 11/12/2013.

(SIDEC - 19/12/2013) 512006-57202-2013NE800038

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM CAMPINA GRANDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013 - UASG 510525

Número do Contrato: 39/2013. Nº Processo: 3517400028201315. PREGÃO SISPP Nº 6/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 10548761000136. Contratado: POLY SERV SERVICOS LTDA - EPP - Objeto: Alteração do valor contratual a que se referem as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato 39/2013, devido adequação/correção dos valores relativo à mão de obra, em face da utilização correta da Convenção Coletiva de Trabalho. Fundamento Legal: alínea d, inciso II, art. 65 da Lei 8.666/93. Vigência: 19/12/2013 a 01/11/2014. Valor Total: R\$ 719.223,38. Data de Assinatura: 19/12/2013.

(SIDEC - 19/12/2013) 512006-57202-2013NE800038

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2013 - UASG 510525

Número do Contrato: 57/2010. Nº Processo: 35174001344200975. PREGÃO SISPP Nº 6/2010. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 10548761000136. Contratado: POLY SERV SERVICOS LTDA - EPP - Objeto: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses e redução do valor mensal para R\$ 70.790,71 (setenta mil, setecentos e noventa reais e setenta e um centavos) referente ao serviço de Limpeza, Conservação e Higienização prestado à Gerência Executiva do INSS em Campina Grande/PB e unidades vinculadas. Fundamento Legal: Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores. Vigência: 21/12/2013 a 21/12/2014. Valor Total: R\$ 849.488,52. Data de Assinatura: 16/12/2013.

(SIDEC - 19/12/2013) 512006-57202-2013NE800038

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2013

A Pregoeira e a Equipe de Apoio da Gerência Executiva do INSS em Campina Grande/PB torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº05/2013 que visa a contratação de empresa especializada na área de saúde para realizar avaliações clínicas e exames laboratoriais dos servidores lotados na GEXCPG e Unidades Vinculadas. Todos lotes foram cancelados considerando a inabilitação das empresas participantes. Os Autos do processo encontram-se com vistas aos interessados na Seção de Logística, Licitações e Contratos e Engenharia da GEXCPG.

FLAVIA SORAYMA DELGADO
DA COSTA LACERDA

(SIDEC - 19/12/2013) 512006-57202-2013NE800038

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM IMPERATRIZ SEÇÃO DE LOGÍSTICA, LICITAÇÃO E CONTRATOS E ENGENHARIA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS CONCORRÊNCIA Nº 2/2013

A Comissão Permanente de Licitação Torna público o resultado da concorrência 02/2013, cujo o objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção da Agência da Previdência Social em Ipirá-BA. Foi habilitada a empresa PROJEPOWER CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ: 06.699.043/0001-93, por não atender o disposto no item 6.2 do Edital. Sagrou-se vencedora a empresa CONSISTE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 02.194.685/0001-80, com o valor global de R\$ 1.730.000,00 (um milhão setecentos e trinta mil reais).

(SIDEC - 19/12/2013)

CONCORRÊNCIA Nº 4/2013

A Comissão Permanente de Licitação Torna público o resultado da Concorrência 04/2013, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção da Agência da Previdência Social em Baixa Grande-BA. Sagrou-se vencedora a empresa CONSISTE ENGENHARIA LTDA CNPJ: 02.194.685/0001-80, com o valor global de R\$ 1.088.000,00 (um milhão oitenta e oito mil reais).

(SIDEC - 19/12/2013)

CONCORRÊNCIA Nº 6/2013

A Comissão Permanente de Licitação Torna público o resultado da concorrência 06/2013, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para executar obra de construção da Agência da Previdência Social em Itaju-BA. Foi habilitada a empresa ILHA BELLA CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 10.309.919/0001-15, por não atender os itens 6.2.13.5 e 6.2.13.6 do edital. Sagrou-se vencedora a empresa MMA ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 10.258.963/0001-43, com o valor global de R\$ 1.344.054,28 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

CARLOS MARTINHO CALÇAO FILHO
Presidente da Comissão

(SIDEC - 19/12/2013)

Ofício nº 130 /DCONB/CGGPB/INSS

Brasília, 23 de dezembro de 2013.

À
DATAPREV
Coordenação de Gerenciamento de Contratos com Clientes/DF
SAS, quadra 01, bloco E/F
CEP: 70.070-010. Brasília/DF

Assunto: **Encaminhamento de convênio. Processo nº 35000.000848/2013-46**

Prezados Senhores,

Encaminhamos uma via do convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV e o BANCO VOTORANTIM S/A.

2. Em anexo cópia da publicação do DOU nº 247, de 20/12/2013, Seção 3, fls. 166.
3. Com a publicação deste convênio, fica rescindido o convênio datado de 12/12/2008 e publicado no DOU nº 248 de 22/12/2008, que tramitava sob o nº 35000.001190/2008-22.



MÁRCIA PEREIRA DE QUEIROZ
Chefe da Divisão de Consignação em Benefícios



Previdência Social 90 anos.
Cada vez mais Presente no Futuro dos Brasileiros.